



Rosa Congost & Rui Santos (ed.), Contexts of property in Europe: the social embeddedness of property rights in land in historical perspective

Autor(es): Neto, Margarida Sobral

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/40715>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4147_47_24

Accessed : 21-May-2024 16:49:11

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



47

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2016

Recensões

Rosa Congost & Rui Santos (ed.), *Contexts of property in Europe: the social embeddedness of property rights in land in historical perspective*. Brepols publischer, 2010, 285 p.

Este livro teve origem num workshop realizado, em 2007, na Universidade Nova de Lisboa sobre o tema *The social embeddedness of property rights in land*, atividade integrada no programa académico COST Action A35. A versão final dos textos resulta do debate travado no referido workshop e da apreciação de *refrees*. Os coordenadores da obra são destacados especialistas na área dos estudos rurais: Rosa Congost leciona na Faculdade de Letras na Universidade de Girona, dirige o Centre de Recerca d'història rural e têm-se dedicado ao estudo da história da propriedade e das relações sociais agrárias; Rui Santos ensina na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigador do Centro de Estudos de Sociologia desta Universidade, integrando-se os seus trabalhos na área da sociologia histórica e económica e dos estudos rurais.

Numa apreciação global da obra em análise importa destacar duas dimensões: uma teórica que dá conta dos aspetos mais relevantes da discussão travada no seio da história e da sociologia económica sobre direitos de propriedade e outra, composta por 10 artigos, que apresenta os resultados de investigações sobre dinâmicas institucionais e apropriações sociais de recursos da terra em várias geografias europeias e contextos históricos.

O primeiro capítulo, *Working out the frame: from formal institutions to the social contexts of property*, é de autoria de Rosa Congost e Rui Santos. Nele se apresentam, de forma muito detalhada e fundamentada, quadros conceptuais que marcaram a análise da propriedade ao longo século XX – nomeadamente a conceção fisiocrática e liberal da propriedade (definida na lei e no pensamento como absoluta, perfeita, unitária e exclusiva) e a concetualização de algumas correntes da “new institutional economics” centradas nas leis e instituições

estatais não tendo em conta, por este motivo, os contextos históricos, sociais e culturais bem como as dinâmicas concretas de apropriação da propriedade – conceções das quais os autores se demarcam.

Entendendo a propriedade, ou melhor os direitos de propriedade, como um feixe de direitos (*bundle of rights*) que registaram apropriações diversas em diferentes contextos políticos, culturais e sociais (como se demonstra nos diversos estudos de caso), defende-se, nesta obra, que o debate sobre as questões da propriedade deve ocorrer no campo da história social, da sociologia e da antropologia. Como principais referências os autores destacam, na área da história, a tradição da história rural alicerçada em Marc Bloch, as perspetivas de análise das relações de propriedade contidas na obra de Pierre Vilar e os conceitos de “costumes em comum” e “economia moral” de Thompson.

Por sua vez, os autores consideram o conceito de “social embeddedness,” proveniente da sociologia económica (Granovetter), como particularmente operatório para evidenciar a “incrustação social” das dinâmicas institucionais e económicas da propriedade. A aplicação deste instrumento teórico aos tempos pré-industriais, os anteriores à “Grande transformação” (Pollany), não oferece qualquer dúvida atendendo à relação intrínseca entre vida económica e social, mostrando-se, nesta obra, igualmente operatório para as economias dinamizadas pelo mercado.

Apresentamos, em seguida, algumas perspetivas de análise, que consideramos relevantes, nos vários estudos de caso apresentados. Markus Cerman e Dana Stefanová (*Institutional changes and peasant land-transfers in Czech lands, from the late Middle Ages to the eighteenth century*) através de uma análise, na longa duração, dos registos de transação de propriedade referentes às terras Czech (terras da Boémia e da Morávia, Silésia e Upper Lusatia) identificaram continuidades no enquadramento institucional do mercado da terra, nos padrões de transferência de propriedade camponesa e nas práticas sociais.

Giuliana Biagioli (*The evolution of property rights in Tuscany, from the end of the Middle Ages to the nineteenth century*), igualmente numa análise de tempo longo, regista a complexa evolução dos paradigmas de propriedade que culminarão com a sua individualização no período napoleónico. De um processo não linear, destacam-se formas precoces de capitalismo urbano e burguês num contexto de grande plasticidade do regime enfitêutico articulado com contratos de parceria.

José Miguel Lana Berasain e Ináki Iriarte Goñi (*The social embeddedness of common property rights in Navarra (Spain) sixteenth to twentieth centuries*), dois consagrados especialistas nos estudos sobre terras comuns, apresentam uma caracterização detalhada dos contextos paisagísticos, económicos e

sociais das práticas comunitárias em Navarra, demonstrando a diversidade de resultados decorrentes da aplicação da legislação tendente à individualização e privatização do uso da terra. Este artigo configura-se como uma demonstração cabal da “embeddedness of economic behaviour”, de onde decorre a necessidade de compreender os comportamentos económicos e sociais atendendo à multiplicidade das variáveis integrantes do contexto em que ocorreram.

Fabrice Boudjaaba (*Inheritance, land market and social reproduction in an egalitarian system – Vernon, Normandy, 1750-1830*) no sentido de compreender diversas práticas de herança realizadas no âmbito do mesmo quadro legal, nomeadamente as que diferenciavam os grandes dos pequenos proprietários, cruzou processos de herança com outros documentos referentes ao mercado da terra, ao trabalho, ao crédito e à organização familiar.

Carsten Porsroeg Rasmussen (*An english or a continental way? The greta agrarian reforms in Denmark and Schleswig-Holstein in the late eighteenth century*) analisa, de forma muito detalhada e numa perspetiva comparada, os contextos em que ocorreram as reformas agrárias na Dinamarca e nos ducados de *Schleswig e Holstein* em finais do século XVIII inícios do XIX, evidenciando diferentes modelos de intervenção do estado tendentes à extinção de regimes feudais de apropriação de recursos da terra. O processo de desestruturação do feudalismo ocorreu ao longo do século XIX, sobrevivendo, no entanto, até 1914 um vasto grupo de proprietários que dominava a sociedade rural.

Paul Brassley (*Land reform and reallocation in interwar Europe*) analisa as mudanças ocorridas no regime de propriedade no período entre as duas guerras mundiais em articulação com as alterações na concepção de bem comum. A terra deixa de se constituir, maioritariamente, como suporte de uma elite política e social para ser vista como factor de produção “de alimento e de segurança”.

Os processos históricos não são lineares: as evidências históricas contrariam, por vezes, as concepções de progresso contínuo. Ernst Langthaler (*From capitalism to ‘neo-feudalism’? Property relations, land markets, and the Nazi state in the German province of Niederdonau, 1938-1945*) analisa o impacto da “Reich Hereditary Farm Law (REG)” na Áustria ocupada pela Alemanha Nazi, considerando que o sucesso ou insucesso da aplicação da célebre lei têm que ser analisados tendo em conta os atores sociais envolvidos.

Richard W. Hoyle (*Securing access to England’s uplands: or how the 1945 revolution petered out*) aborda as políticas agrárias inglesas, em particular as que correram na sequência da segunda guerra mundial, em matéria de restrições à propriedade privada.

Os estudos publicados na obra em análise percorrem uma longa dimensão cronológica e uma diversificada paleta de contextos sociais e políticos de

direitos de propriedade: os contextos feudais, as transições do feudalismo para capitalismo, os processos de coletivização e de descoletivização da terra. Dietmar Muller (*The governmentality of land ownership in south-eastern Europe. Romania and Yugoslavia: a comparison*), Maria Halamska (*Changing property structures in central European agriculture during decollectivization: the social aspects of appropriation*), Jeong Nam Choi, Axel Wolz, Michael Kopsidis, (*Family farm ideology and the transformation of collective farms in East Germany, 1989-2005*) e Zusuzsanna Varga (*The post-Socialist transformation of land ownweship in Hungary*) analisam, em perspetiva comparada, os retornos à individualização da terra, após a queda do muro de Berlim, equacionando igualmente os desafios colocados à agricultura decorrentes das mudanças políticas e sociais.

Como decorre do atrás exposto, os textos publicados neste livro alargam o conhecimento sobre a história rural europeia, demonstrando o carácter operatório do conceito de “social embeddedness” (incrustação social) para a análise e compreensão das “condições de realização da propriedade” (Congost) em diversos contextos espaciais e temporais, demonstrando ainda que a história da propriedade é, fundamentalmente, a história das relações sociais tecidas em função da apropriação dos recursos da terra.

MARGARIDA SOBRAL NETO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

mneto@fl.uc.pt